



03 DE MAIO DE 2018

Quinta-feira

- **INFORMATIVO DE BUENOS AIRES**
- **INDICADORES INDUSTRIAIS**
- **PRODUÇÃO INDUSTRIAL VOLTA A CAIR EM MARÇO E SETOR MOSTRA FRAQUEZA NO 1º TRIMESTRE**
- **INCENTIVO À INDÚSTRIA 4.0 E INTERNET DAS COISAS PRECISA AVANÇAR NO BRASIL, DIZ ESPECIALISTAS**
- **CSN ANUNCIA FÉRIAS COLETIVAS PARA 400 TRABALHADORES**
- **TRABALHADORES DA RENAULT REJEITAM PLR DE QUASE R\$ 25 MIL E ENTRAM EM GREVE**
- **BRASIL E SURINAME ASSINAM ACORDO PARA PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS RECÍPROCOS**
- **ALTA DAS IMPORTAÇÕES VOLTA A REDUZIR SALDO DA BALANÇA COMERCIAL**
- **MDIC DIZ QUE REDUÇÃO DE EXPORTAÇÕES SE DEVE A MENOS DIAS ÚTEIS**
- **COMMODITIES FECHAM ABRIL EM ALTA**
- **MINAS E ENERGIA APROVA PROGRAMA DE APOIO À MINERAÇÃO DE PEQUENO PORTE**
- **ESTADOS UNIDOS DECIDEM APLICAR SOBRETAXA OU COTA DE EXPORTAÇÃO A AÇO E ALUMÍNIO DO BRASIL**
- **SIDERÚRGICAS BRASILEIRAS ACEITAM COTAS IMPOSTAS PELOS EUA**
- **AMERICANOS QUEREM REDUZIR EM 30% EXPORTAÇÃO DE AÇO ACABADO DO BRASIL**
- **BRASIL PODE RECORRER À OMC NO CASO DE SOBRETAXA DO AÇO**
- **SOBRETAXA PARA ALUMÍNIO NÃO VAI FAZER DIFERENÇA PARA OS EUA, DIZ INDÚSTRIA BRASILEIRA**
- **ATÉ PUBLICAÇÃO DE ATOS, ENTENDIMENTO É DE QUE NÃO HAVERÁ SOBRETAXAÇÃO, DIZ MDIC**

- DEFINIÇÃO DE QUOTAS PARA AÇO DEVE REDUZIR VOLUME EXPORTADO, MAS IMPACTO SERÁ LIMITADO, DIZ ASSOCIAÇÃO DO SETOR
- EXPORTAÇÃO DE ETANOL CAI 41,88% EM ABRIL ANTE ABRIL DE 2017, DIZ MDIC
- EXPANSÃO DO CRÉDITO E REDUÇÃO DO RISCO NA CARTEIRA COMPENSAÇÃO QUEDA DO SPREAD, DIZ ITAÚ
- MUDANÇAS NO SIMPLES DEVEM SER AVALIADAS
- BANCO CENTRAL VAI ATUAR PARA SUAVIZAR ALTA DO DÓLAR
- ARTIGO: EMERGÊNCIA TRIBUTÁRIA
- EFD-REINF ENTRARÁ EM PRODUÇÃO PARA EMPRESAS COM FATURAMENTO SUPERIOR A R\$ 78 MILHÕES
- VOLKS VAI DOBRAR PRODUÇÃO DE MOTORES EM SUA FÁBRICA DE SÃO CARLOS
- TOYOTA CONTRATA FUNCIONÁRIOS PARA PRODUZIR NOVO YARIS NO BRASIL
- VENDAS DE VEÍCULOS CRESCEM 38,5% EM ABRIL, DIZ FENABRAVE
- TOYOTA GERA MAIS DE 1,5 MIL NOVOS EMPREGOS COM 3º TURNO EM FÁBRICAS
- VENDA DE MOTOS EM ABRIL É A MELHOR EM MAIS DE UM ANO
- CRESCER 30% A DEMANDA POR PROFISSIONAIS DO SETOR AUTOMOTIVO

CÂMBIO EM 03/05/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,547	3,548
Euro	4,246	4,247

Fonte: BACEN

Informativo de Buenos Aires

03/05/2018 – Fonte: CNI

A edição de abril do **Informativo de Buenos Aires** está disponível para [download](#) no canal de Assuntos Internacionais da CNI.

Com o objetivo de informar o setor privado brasileiro sobre os últimos acontecimentos envolvendo o governo argentino e as relações bilaterais com o Brasil, seguem os destaques desta edição:

1. Reforma tributária Argentina;
2. Reaproximação entre Argentina e Espanha;

3. Visita Argentina ao norte da África; e

4. Argentina negocia exceção a sobretaxa de aço e alumínio.

Indicadores Industriais

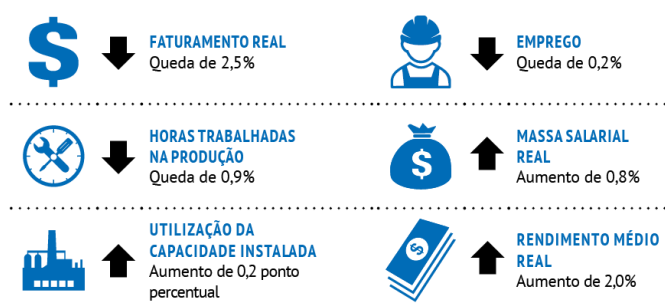
03/05/2018 – Fonte: CNI

Indústria segue com dificuldades

A pesquisa Indicadores Industriais de março evidencia que a indústria segue enfrentando dificuldades e que sua recuperação continua lenta. O faturamento caiu, revertendo o aumento ocorrido no bimestre; as horas trabalhadas recuaram pelo segundo mês consecutivo; e o emprego caiu após cinco meses de alta.

Março/2018

Indicadores Industriais
março 2018
Variação frente a fevereiro de 2018
(com ajuste sazonal)



Produção industrial volta a cair em março e setor mostra fraqueza no 1º trimestre

03/05/2018 – Fonte: G1

Setor recuou 0,1% na comparação com fevereiro, segundo o IBGE. Na comparação anual, houve alta de 1,3%, mas resultado é o menor desde junho de 2017.

A produção da indústria brasileira caiu 0,1% em março frente a fevereiro, na série com ajuste sazonal, segundo divulgou nesta quinta-feira (3) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já o resultado de fevereiro foi revisado para alta de 0,1%, ante avanço de 0,2% divulgado anteriormente.

Após um tombo de -2,2% em janeiro, a indústria nacional manteve estabilidade em fevereiro e março, o que segundo o IBGE reflete um quadro redução de ritmo de recuperação do setor.

Mais uma vez, o resultado veio abaixo do esperado pelo mercado. As expectativas em pesquisa da Reuters com economistas eram de alta de 0,6% na variação mensal e de 3,3% na base anual.

"É como se a indústria em março estivesse no patamar de janeiro", afirmou o gerente da pesquisa André Macedo.

Segundo o IBGE, a perda de fôlego da indústria se deve, em grande parte, ao recuo na produção bens intermediários, tanto na comparação com fevereiro (-0,7%) quanto no confronto com março de 2017 (-0,2%).

Os bens intermediários correspondem a cerca de 60% da indústria nacional e incluem as matérias-primas da própria indústria, com destaque para commodities como minério de ferro e petróleo, celulose, açúcar, derivados da soja, produtos da metalurgia, adubos e fertilizantes, além dos biocombustíveis e produtos do refino do petróleo.

Ritmo mais fraco no 1º trimestre

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, entretanto, a indústria cresceu 1,3%, 11ª taxa positiva consecutiva e a menor desde junho de 2017 (0,8%).

Para meses de março, a alta de 1,3% na comparação anual é o menor resultado dessa série, acompanhando a redução no ritmo de crescimento.

Em 12 meses, a produção industrial tem crescimento de 2,9%, repetindo o resultado de fevereiro. "Com esse resultado, a produção industrial encontra-se 15,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011", destaca o IBGE.

No acumulado no ano, a indústria acumulou alta de 3,1% em 2018, a maior variação desde 2010, quando foi de 17,2%. Já na comparação com o quarto trimestre do ano passado, a produção ficou estagnada. "Fazendo o cálculo, a variação foi de zero", disse Macedo.

Ele destacou, no entanto, que o resultado do primeiro trimestre deste ano foi menor que do trimestre anterior, quando ficou em 4,9%.

"A indústria começou o ano num ritmo menor do que terminou no ano passado"

Segundo Macedo, a pesquisa enfatiza que a indústria mantém uma recuperação em ritmo lento e gradual. Conjunturalmente, ele avalia que é preciso haver uma melhora consistente do mercado de trabalho para alavancar maior recuperação do setor industrial. "A consolidação de um ritmo mais intenso dessa produção está diretamente relacionada a um aumento da demanda doméstica", disse.

Recuperação lenta

O Brasil vem mostrando dificuldade em engatar um ritmo consistente de recuperação no início deste ano, mesmo em um ambiente de inflação e juros baixos, o que afeta os consumidores em meio ao desemprego ainda elevado.

Os resultados de atividade econômica em fevereiro vieram abaixo do esperado pelo mercado, levando analistas a revisarem para baixo as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2018, para 2,75%, segundo a última pesquisa focus do Banco Central.

A confiança de empresários e consumidores também voltou a cair em abril, segundo os indicadores da Fundação Getulio Vargas (FGV)

Incentivo à indústria 4.0 e internet das coisas precisa avançar no Brasil, diz especialistas

03/05/2018 – Fonte: PEGN

Feira Internacional de Máquinas e Equipamentos discutiu as questões relacionadas ao futuro da indústria



Até 2025, a internet das coisas terá um impacto econômico maior do que a robótica (Foto: Reprodução)

“Vocês já devem ter ouvido que estamos vivendo uma revolução”, foi assim que Carlos Américo Pacheco, diretor-presidente do Conselho Técnico-Administrativo da **FAPESP**, iniciou sua palestra na Feira Internacional de **Máquinas e Equipamentos** (Feimec), que ocorre em São Paulo até 28 de abril, reunindo mais de 900 marcas expositoras.

Leia Também

Pacheco se refere à transformação promovida pela chamada indústria 4.0, que impactará não apenas os meios de **produção industrial**, mas a competitividade das empresas, a interação humano-máquina e questões econômicas e sociais. A indústria 4.0 foi o tema central da feira organizada pela Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), entre outras 30 entidades setoriais.

A transformação é tamanha e atinge tantos setores que está sendo chamada de quarta revolução industrial. Segundo especialistas presentes em debate sobre o tema na Feimec, para que não se perca em competitividade, há uma necessidade urgente em avançar nos processos de **digitalização** na indústria e de toda a sua cadeia de valor.

“O conceito de indústria 4.0 surgiu na Alemanha há quatro anos para manter o país entre os líderes mundiais. Não há ruptura, o que há é continuidade. Tudo o que se fez na indústria, vai continuar sendo feito, só que com mais eficiência”, disse Marcelo Zuffo, professor do Departamento de Engenharia de Sistemas Eletrônicos da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), que falou na Feimec sobre desafios e oportunidades para o Brasil com a indústria 4.0 e a internet das coisas (IoT, na sigla em inglês).

O Brasil tem apresentado alguns planos para inserir a indústria 4.0 no centro de suas estratégias de política industrial e aumentar a competitividade.

“Cada país tem desenhado sua estratégia conforme suas necessidades. No Brasil, temos que olhar para a heterogeneidade da indústria. Temos **fábricas** ainda na primeira fase industrial e uma nata de empresas que estão na fronteira do processo de automação e de produção”, disse Pacheco.

Nesse contexto, há um conjunto de indústrias no Brasil que precisa ter acesso às principais tecnologias facilitadoras da indústria 4.0, como internet das coisas, big data, robótica avançada, realidade virtual e inteligência artificial. “No entanto, apesar de haver um esforço de difusão da tecnologia, é preciso também estar atento à capacitação **tecnológica** para essas novas fronteiras”, disse Pacheco.

O diretor-presidente da FAPESP ressaltou que, com a necessidade de transição para a indústria 4.0, um programa de manufatura avançada deve trabalhar a produtividade da indústria como um todo.

“Na FAPESP, financiamos pesquisas científicas. Como podemos contribuir para esse processo de transformação? Vimos que nosso programa de financiamento de startups e empresas inovativas gera um benefício extraordinário e as prepara para a

manufatura avançada. Sem dúvida, uma forma de melhorar a indústria brasileira está em financiar essas pequenas empresas”, disse.

O Programa FAPESP Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE), criado em 1997, tem quatro chamadas ao ano e em 2017 aprovou 237 novas propostas submetidas por startups, pequenas e médias empresas, em um valor total contratado de R\$ 79,8 milhões.

Salto quântico

As oportunidades e os ganhos em competitividade são grandes. Tanto que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) acaba de lançar um novo programa de R\$ 5 bilhões para incentivar a indústria 4.0, junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

A Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, do MDIC, prevê ainda destinar recursos para o treinamento em indústria 4.0 de 1,5 mil professores de educação profissional e tecnológica e 10 mil alunos da rede federal. Os recursos serão aplicados, ainda, na criação de até 100 laboratórios voltados à Quarta Revolução Industrial.

A **Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial** (Embrapii), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), também participou da Feimec, apresentando seu modelo de financiamento para projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Há ainda o Plano Nacional de Internet das Coisas do MCTIC, ainda não lançado. De acordo com o plano de ação, internet das coisas é uma oportunidade única para o crescimento econômico.

“Até 2025, a internet das coisas terá um impacto econômico maior do que **robótica** avançada, tecnologias cloud e até mesmo do que a internet móvel. O impacto esperado no Brasil é de US\$ 50 a 200 bilhões por ano, o que representa cerca de 10% do PIB do nosso país”, destaca o relatório do plano de ação.

Zuffo defende que com esse avanço, se tudo for implementado, a economia “dará um salto quântico”. “Desde 2012, há no mundo um computador por ser humano, como o celular, por exemplo, que tem uma ótima interação humano-máquina. Porém, já saímos dessa proporção e o nosso desafio é saber que teremos milhares de computadores por pessoa na próxima década. Eles estarão cada vez menores, mais baratos e integrados a todas as coisas. A estimativa é que uma pessoa tenha em média 10 mil coisas. Umas mais, outras menos. Será uma avalanche”, disse.

CSN anuncia férias coletivas para 400 trabalhadores

03/05/2018 – Fonte: Diário do Comércio

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) dará férias coletivas para cerca de 400 trabalhadores da área de mineração. As férias serão divididas em períodos sucessivos de 15 dias, começando no próximo dia 7 e terminando em 20 de julho. A medida engloba os trabalhadores dos processos de beneficiamento e carregamento de minério de ferro.

De acordo com a CSN, “a medida considera as reiteradas limitações impostas ao processo produtivo nos últimos meses, que trouxeram a necessidade de adequação das instalações e implementação de novos projetos”.

A companhia informou ainda que as férias coletivas têm o objetivo de preservar a mão de obra das operações de mineração, considerada indispensável para a retomada dos níveis de produção.

Por recomendação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), no final do ano passado, a companhia precisou realizar obras para conter vazamentos no dique de Sela, na mina Casa de Pedra, em Congonhas (Campo das Vertentes). Em abril deste ano, o MPMG atestou a segurança da estrutura.

A mina Casa de Pedra possui um dos minérios com maior teor de pureza (até 68% de ferro) do mundo e pertence à controlada da CSN, a Congonhas Minérios, que, por sua vez, produz o minério de ferro que alimenta os altos-fornos da usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.

No ano passado, a produção de minério de ferro da CSN a partir de seus ativos minerários em Casa de Pedra e da Nacional Minérios (Namisa), localizados em Congonhas, e que fazem parte da Congonhas Minérios, alcançou 29,9 milhões de toneladas, sem considerar compras de terceiros. O volume foi 7% menor do que em 2016, quando a companhia produziu 32,1 milhões de toneladas de minério.

As vendas de minério caíram 12% na comparação de 2017 com 2016. A área de mineração representou 35,6% da receita líquida total da siderúrgica no ano passado (R\$ 12,9 bilhões), somando R\$ 4,6 bilhões. Na comparação com a receita do segmento em 2016 (R\$ 4,5 bilhões), houve um leve crescimento de 2,2%.

A maior parte do faturamento da mineração no ano passado foi gerada a partir das vendas ao mercado externo, que renderam um giro de R\$ 3,7 bilhões, enquanto as vendas domésticas chegaram a R\$ 829 milhões. Em relação a 2016, foi apurada queda de 7,5% nas exportações e alta de 53% nas vendas dentro do País.

Além das operações de siderurgia e mineração, a CSN também tem uma fábrica de cimentos, em Arcos, no Centro-Oeste de Minas. A unidade recebeu investimento de R\$ 1,6 bilhão e tem capacidade de produção de 2,3 milhões de toneladas de cimento por ano e de 9,3 mil toneladas de clínquer (um tipo de subproduto na produção de cimento) por dia.

Trabalhadores da Renault rejeitam PLR de quase R\$ 25 mil e entram em greve

03/05/2018 – Fonte: Tribuna PR



Votação foi realizada na porta da fábrica da Renault, em São José dos Pinhais. Foto: Divulgação/Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba

Em **assembleia** liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) na tarde desta quarta-feira (2), os **trabalhadores** da Renault rejeitaram a proposta de **Participação nos Lucros e Resultados (PLR)** e vale-mercado apresentada pela empresa.

Com a **votação** realizada na porta de fábrica, o início da **greve** por tempo indeterminado foi aprovado, já que um prazo de 72h já tinha sido dado pelos metalúrgicos em assembleia realizada na última sexta-feira (27). Os metalúrgicos da **Renault** permanecem parados até que uma nova proposta seja apresentada

A **proposta** oferecida pela empresa era de PLR de R\$ 24.860,00 + reposição INPC de setembro de 2018, para cumprimento de 100% das metas (volume de 315 mil carros até o fechamento do ano) e vale-mercado de R\$ 560.

O acordo oferecido pela empresa seria válido para 2018/19. Mas, conforme o sindicato, as condições ainda não atendem aquilo que os trabalhadores esperam, assim, a proposta foi **rejeitada**.

Condição mais favorável



Foto: Divulgação/Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba

“Os trabalhadores mostraram mais uma vez que estão conscientes da sua realidade e rejeitaram a proposta com autoridade. Eles esperam que o novo acordo traga uma condição mais favorável do que aquelas que eles tinham em outros anos, até pela demanda que a empresa está se propondo para 2018. Entendemos a preocupação dos trabalhadores e entendemos também o momento da **economia, com crescimento**”, explicou Sérgio Butka, presidente do SMC.

O presidente destacou também que é através da “luta pela mobilização dos trabalhadores que vamos construir um melhor acordo contemplando o que esperam os metalúrgicos”. Durante a paralisação o Sindicato seguirá na porta de fábrica na entrada dos turnos para assembleias informativas e principalmente às 14h para coordenar assembleia deliberativa com os trabalhadores da montadora.

A Renault foi procurada pela **Tribuna do Paraná**, mas até o fechamento desta matéria nenhuma das ligações feitas pela reportagem havia sido atendida. Com cerca de **6 mil trabalhadores**, esta planta da Renault localizada em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba produz em média 1.150 automóveis por dia, entre eles os modelos Duster, Oroch, Sandero, Logan, Captur e Kwid.

Brasil e Suriname assinam acordo para promoção de investimentos recíprocos

03/05/2018 – Fonte: MDIC



Assinatura do acordo integra a visita oficial do presidente do Suriname Desiré Delano Bouterse ao presidente Michel Temer, ocorrida na manhã de hoje

Os ministros da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, e das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, assinaram hoje com suas contrapartes do Suriname o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). O objetivo é

apoiar a internacionalização de empresas brasileiras e impulsionar os fluxos de investimento.

O ACFI é um modelo brasileiro de acordo de investimento, criado em 2011. O ministro Marcos Jorge explica que o acordo incentiva os investimentos recíprocos e traz mais segurança jurídica aos investidores, "uma vez que estabelece, de forma expressa, garantias de não discriminação, como o princípio de tratamento nacional e nação mais favorecida". O ACFI foi apresentado ao Suriname nas negociações em fevereiro.

A assinatura do acordo integra a visita oficial do presidente do Suriname Desiré Delano Bouterse ao presidente Michel Temer, ocorrida na manhã de hoje.

Intercâmbio comercial

Desde 2004, as relações comerciais de Brasil e Suriname são orientadas pelo Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica (ACE 41), que estipula que uma cota anual de 10 mil toneladas de arroz de origem surinamesa fica isento de pagamento de imposto de importação.

Em 2017, a corrente de comércio entre os dois países foi de US\$ 40,2 milhões, com um aumento de 50,1% na comparação com 2016.

No ano, as exportações brasileiras para o Suriname aumentaram 30,4%, em relação a 2016, passando de US\$ 26,7 milhões para US\$ 34,8 milhões. As exportações brasileiras para o Suriname são majoritariamente de produtos industrializados (88,2%), sendo os principais produtos carne de frango (9,8%); motores, geradores e transformadores elétricos (8,3%); pisos e revestimentos cerâmicos (5,5%); bombas, compressores e ventiladores (5,2%); e enchidos de carne (5%).

Já as importações brasileiras de produtos do Suriname em 2017 somaram US\$ 5,4 milhões. O arroz é o principal produto (99,4%). Em 2016, foram quase nulas.

Alta das importações volta a reduzir saldo da balança comercial

03/05/2018 – Fonte: Agência Brasil

O crescimento das importações, decorrente da recuperação da economia, reduziu o saldo da balança comercial pelo segundo mês seguido. Segundo dados divulgados há pouco pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o país exportou US\$ 6,142 bilhões a mais do que importou no mês passado, queda de 11,8% em relação ao resultado positivo de US\$ 6,963 bilhões em abril de 2017.

Com o resultado de abril, a balança comercial – diferença entre exportações e importações – acumula superávit de US\$ 20,090 bilhões nos quatro primeiros meses de 2018, valor 6% inferior ao do mesmo período do ano passado. Apesar da retração, o indicador acumula o segundo melhor resultado da história, tanto para meses de abril quanto para o primeiro quadrimestre.

No mês passado, as exportações somaram US\$ 19,932 bilhões, recuo de 3,4% em relação a abril de 2017 pelo critério da média diária. Todas as categorias de produtos registraram queda na comparação. As vendas de manufaturados foram o principal fator que puxou a desaceleração, com retração de 4%, com destaque para açúcar refinado (-64,1%), óxidos/hidróxidos de alumínio (-24,9%) e automóveis de passageiros (-24,6%).

As exportações de produtos básicos caíram 2,9% em relação ao mesmo mês do ano passado, com destaque para carne suína (-31,7%), café em grão (-23,1%) e minério de ferro (-21,5%). As vendas de semimanufaturados caíram 2,4%, puxadas pela

retração das exportações de açúcar bruto (-57,4%), couros e peles (-27,4%) e óleo de soja bruto (-14,8%).

O principal fator responsável pela queda do saldo comercial, no entanto, foram as importações, que somaram US\$ 13,790 bilhões, com alta de 10,1% em relação a abril do ano passado pelo critério da média diária. As compras de bens de capital (máquinas e equipamentos usados na produção) aumentaram 36,2%. As importações de bens de consumo subiram 12,2%. As compras de bens intermediários e de combustíveis e lubrificantes cresceram 6,3% na mesma comparação.

No ano passado, a balança comercial fechou o ano com superávit recorde de US\$ 67 bilhões, beneficiado pela supersafra e pela valorização das *commodities* (bens primários com cotação internacional). Para este ano, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços projeta superávit menor, em torno de US\$ 50 bilhões, por causa da estabilização do preço dos bens primários e da recuperação da economia, que impulsiona as importações.

O Banco Central, no último Relatório de Inflação, projetou superávit comercial de US\$ 56 bilhões para 2018, com exportações em US\$ 225 bilhões e importações em US\$ 169 bilhões.

MDIC diz que redução de exportações se deve a menos dias úteis

03/05/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

O diretor de estatísticas e apoio às exportações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Herlon Brandão, explicou nesta quarta-feira, 2, que a queda de 3,4% na média diária das exportações de abril em relação ao mesmo mês do ano passado foi causada, em parte, pela menor quantidade de dias úteis no mês.

“Além disso, a safra de soja está sendo escoada mais cedo este ano. Em abril do ano passado, foram embarcadas 10,4 milhões de toneladas, contra 10,26 milhões de toneladas no mês passado”, destacou.

Brandão citou ainda a queda de 15% no preço do minério de ferro ante abril de 2017, mas ponderou que o preço do produto vem se recuperando ao longo dos últimos meses. “Há também queda na exportação de açúcar em bruto devido a aumento da oferta mundial, e por isso há inclusive uma tendência de aumento da produção de etanol”, completou.

Segundo ele, o embargo da União Europeia para a carne de frango brasileiro – anunciado na segunda quinzena de abril – não tem grande impacto sobre o resultado da balança comercial, porque os dez os frigoríficos atingidos venderam apenas US\$ 84 milhões para o bloco no ano passado.

“O valor não é tão relevante para a balança, pois representa apenas 1,2% das vendas de frango do País. Em abril, as exportações de carne de frango para o bloco inclusive cresceram 213%, sendo 54,5% de aumento em volume”, acrescentou.

Pelo lado das importações, Brandão afirmou que, em abril, continuou a trajetória de crescimento das compras do exterior, puxada pelo aquecimento da atividade econômica.

“Esperamos que as exportações cresçam menos que as importações neste ano. A safra de 2018 é menor e, além disso, a tendência é mesmo de uma acomodação das exportações ante a base elevada de 2017”, explicou.

A despeito das medidas que os Estados Unidos devem tomar para sobretaxar ou impor cotas ao aço e alumínio brasileiros, o MDIC ainda não revisou a projeção para o

superávit comercial deste ano. "Mantemos a previsão de saldo comercial na casa dos US\$ 50 bilhões em 2018. Estamos analisando o cenário e poderemos fazer uma revisão, se necessária", concluiu.

Commodities fecham abril em alta

03/05/2018 – Fonte: Agência Brasil

Os preços das commodities, produtos primários com cotação internacional, fecharam abril em alta. O Índice de Commodities Brasil (IC-Br), calculado mensalmente pelo Banco Central (BC), registrou crescimento de 3,99%, em abril comparado a março. No ano, a alta ficou em 3,64% e, em 12 meses, em 12,6%.

O IC-Br é calculado com base na variação em reais dos preços de produtos primários brasileiros negociados no exterior. O BC observa os produtos que são relevantes para a dinâmica dos preços ao consumidor no Brasil.

Em abril, o segmento de energia (petróleo, gás natural e carvão) subiu 9,69%, enquanto o de metais (alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata) teve alta de 5,52%.

No segmento agropecuário (carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, cacau e suco de laranja), houve alta de 1,72%.

O índice internacional de preços de commodities CRB, calculado pelo Commodity Research Bureau, registrou alta de 3,61% no mês passado, de 6,11%, no ano e de 13,1%, em 12 meses.

Minas e Energia aprova programa de apoio à mineração de pequeno porte

03/05/2018 – Fonte: Câmara dos Deputados

Minas e Energia aprova programa de apoio à mineração de pequeno porte



Andrade recomendou a aprovação da proposta, com alterações

A Comissão de Minas e Energia aprovou o Projeto de Lei [2195/15](#), do deputado Dr. Jorge Silva (SD-ES), que cria o Programa Nacional para o Fortalecimento da Mineração de Pequeno Porte (Pronamp) e um fundo de apoio a essa atividade. O objetivo é garantir recursos para estimular o desenvolvimento da mineração com mais inclusão social.

Poderão participar do Pronamp os mineradores individuais, que desenvolvam seu trabalho como pessoas físicas, ou pequenas empresas de caráter familiar.

O relator do projeto, deputado Carlos Andrade (PHS-RR), lembrou que, em termos de volume e capital, as atividades da mineração no Brasil são dominadas por grandes empresas. Porém, segundo ele, quando se trata do número de empresas e de descobertas, os pequenos mineradores são uma expressiva maioria.

"Entretanto, para esses pequenos mineradores, que não têm acesso a grandes fontes de financiamento, é extremamente difícil desenvolver seu trabalho. Muitas vezes eles desistem desse ramo, transferindo seus direitos minerários para empresas de maior porte, o que torna o setor cada vez mais concentrado, relegando boa parte da mão-

de-obra a atividades econômicas de pouca segurança e futuro incerto”, explicou Carlos Andrade.

Por isso, na avaliação dele, é de grande importância a proposta de criar um programa governamental e um fundo de apoio aos pequenos mineradores. “A iniciativa propicia o aumento da mão de obra empregada e a geração de renda para boa parte de nossa população”, salientou o relator.

Emendas

A proposta já havia sido [aprovada](#) pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Andrade acatou a emenda da comissão anterior que eleva, de R\$ 400 para R\$ 720 mil, o teto dos rendimentos brutos anuais das empresas a serem cadastradas no Pronamp.

“Essa modificação é possível porque não retira os postulantes da faixa em que podem ser classificados como pequenas empresas, ao passo em que permite a participação de um maior número de pequenos mineradores no programa de fomento à mineração”, justificou Carlos Andrade.

Ele rejeitou, porém, emendas da Comissão de Desenvolvimento Econômico que detalhavam a forma de atendimento dos garimpeiros individuais no Pronamp. Ele considerou que as questões relativas a esses profissionais já estão contempladas em leis de 1989 e de 2008.

Além disso, o relator incluiu emenda para ajustar o projeto a mudanças estabelecidas pela Lei [13.540/17](#), de dezembro do ano passado, que redistribuiu os valores da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

Tramitação

O projeto ainda será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Estados Unidos decidem aplicar sobretaxa ou cota de exportação a aço e alumínio do Brasil

03/05/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro



Em baixa: Benjamin ressalta que a Usiminas perdeu valor com as desavenças entre sócios, o que dificultou a venda da fatia da CSN na empresa (Crédito: Divulgação)

Os ministros da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, e das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, distribuíram nesta quarta-feira, 2, nota à imprensa para esclarecer os termos das restrições impostas pelos Estados Unidos às importações de aço e alumínio no Brasil.

De acordo com o documento, as autoridades norte-americanas informaram, no último dia 30, que decidiram interromper o processo de negociação que vinha ocorrendo entre os dois países e resolveram aplicar, imediatamente em relação ao Brasil, as sobretaxas

que estavam temporariamente suspensas ou, de forma alternativa e sem possibilidade de negociação adicional, cotas restritivas unilaterais.

Em março, os Estados Unidos anunciaram que iriam aplicar uma sobretaxa de 25% sobre as importações de aço e de 10% sobre o alumínio. Desde então, o Brasil vinha tentando um acordo com o governo norte-americano para evitar as sobretaxas aos produtos do País.

O principal argumento era de que 80% do aço exportado para os EUA é semiacabado, ou seja, insumo para a indústria local. Com o fim das negociações, restaram ao País apenas duas opções: sobretaxa ou cota.

“Diante da decisão anunciada pelos EUA, os representantes do setor de alumínio indicaram que a alternativa menos prejudicial a seus interesses seria suportar as sobretaxas de 10% inicialmente previstas. Já os representantes do setor do aço indicaram que a imposição de quotas seria menos restritiva em relação à tarifa de 25%”, informa a nota dos dois ministérios.

Na nota, os ministros lamentam que o processo negociador com os EUA tenha sido interrompido e reiteram que o País segue aberto a construir soluções razoáveis para ambas as partes. Marcos Jorge e Aloysio Nunes também reafirmam “convicção de que eventuais medidas restritivas não seriam necessárias e não se justificariam sob nenhuma ótica”.

Além disso, ressaltam que “quaisquer medidas restritivas que venham a ser adotadas serão de responsabilidade exclusiva do governo dos EUA. Não houve ou haverá participação do governo ou do setor produtivo brasileiros no desenho e implementação de eventuais restrições às exportações brasileiras”.

Veja abaixo a íntegra da nota:

“Nota à imprensa dos ministros da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e das Relações Exteriores – restrições americanas às exportações de aço e alumínio

No dia 30 de abril, o governo dos Estados Unidos informou ter chegado a acordo preliminar no que diz respeito às restrições às importações de aço e alumínio provenientes do Brasil.

2. Desde o início das investigações do Departamento de Comércio dos EUA, no primeiro semestre de 2017, o governo brasileiro, em coordenação com o setor produtivo nacional, buscou evitar a aplicação das medidas restritivas às exportações do Brasil. Além do permanente trabalho realizado pela Embaixada em Washington, houve envolvimento de diversas outras autoridades brasileiras, inclusive dos ministros Aloysio Nunes Ferreira e Marcos Jorge. Foram realizadas sucessivas reuniões e gestões com representantes norte-americanos do Executivo, do Congresso e do setor privado. Esse processo teve como consequência a inclusão do Brasil, em 23 de março, no grupo dos países em relação aos quais foi suspensa, provisoriamente, o início da aplicação de sobretaxas de 25% às importações de aço e de 10% às importações de alumínio, para dar espaço a negociações que resultassem em exclusão global das medidas para os produtos brasileiros.

3. Em todas as ocasiões, esclareceu-se ao governo americano e a outros atores relevantes naquele país que os produtos do Brasil não causam ameaça à segurança nacional dos EUA. Ao contrário, as indústrias de ambos os países são integradas e se complementam. Cerca de 80% das exportações brasileiras de aço são de produtos semiacabados, utilizados como insumo pela indústria siderúrgica norte-americana.

4. As empresas brasileiras vêm fazendo grandes investimentos nos EUA e já são responsáveis por parcela relevante da produção e dos empregos no setor siderúrgico americano. Ao mesmo tempo, o Brasil é o maior importador de carvão siderúrgico dos Estados Unidos (cerca de US\$ 1 bilhão, em 2017), principalmente destinado à produção brasileira de aço exportado àquele país.

5. Indicou-se que, no caso do alumínio, as exportações brasileiras são muito reduzidas. E foi salientado que, nos últimos anos, os EUA vêm obtendo superávit no comércio de alumínio com o Brasil. Além disso, recordou-se que as indústrias nos dois países são complementares, uma vez que o Brasil fornece matéria-prima para os EUA nesse setor.

6. Foi explicado, também, que, dadas as características de integração vertical da produção brasileira, os custos logísticos e as medidas de defesa comercial adotadas pelo Brasil, não há risco de que o país sirva como plataforma de "triangulação" de produtos de aço e de alumínio de outros países para o mercado americano.

7. Em termos gerais, argumentou-se que eventuais medidas restringiriam as condições de acesso ao mercado dos Estados Unidos e causariam prejuízos às exportações brasileiras de alumínio e aço, com impacto negativo nos fluxos bilaterais de comércio, amplamente favoráveis aos Estados Unidos em cerca de US\$ 250 bilhões nos últimos dez anos.

8. No entanto, no dia 26 de abril, as autoridades norte-americanas informaram decisão de interromper o processo negociador e de aplicar, imediatamente em relação ao Brasil, as sobretaxas que estavam temporariamente suspensas ou, de forma alternativa e sem possibilidade de negociação adicional, quotas restritivas unilaterais.

9. Diante da decisão anunciada pelos EUA, os representantes do setor de alumínio indicaram que a alternativa menos prejudicial a seus interesses seria suportar as sobretaxas de 10% inicialmente previstas. Já os representantes do setor do aço indicaram que a imposição de quotas seria menos restritiva em relação à tarifa de 25%.

10. Cabe ressaltar que quaisquer medidas restritivas que venham a ser adotadas serão de responsabilidade exclusiva do governo dos EUA. Não houve ou haverá participação do governo ou do setor produtivo brasileiros no desenho e implementação de eventuais restrições às exportações brasileiras.

11. O governo brasileiro lamenta que o processo negociador tenha sido interrompido e reitera seguir aberto a construir soluções razoáveis para ambas as partes. Ademais, reitera sua convicção de que eventuais medidas restritivas não seriam necessárias e não se justificariam sob nenhuma ótica. Está convencido, ademais, de que, além do impacto negativo sobre as exportações brasileiras e sobre o comércio bilateral, seriam prejudiciais à integração dos setores produtivos dos dois países e a setores da economia dos EUA que utilizam insumos de qualidade provenientes do Brasil.

12. O governo brasileiro mantém a expectativa de que os EUA não prossigam com a aplicação de restrições, preservando os fluxos atuais do comércio bilateral nos setores de aço e alumínio. Em todo caso, seguirá disposto a adotar, nos âmbitos bilateral e multilateral, todas as ações necessárias para preservar seus direitos e interesses.

Siderúrgicas brasileiras aceitam cotas impostas pelos EUA

03/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Pressionadas, as siderúrgicas brasileiras decidiram aceitar a imposição de cotas de exportação para os Estados Unidos em troca da eliminação de tarifas adicionais. Com isso, as exportações de aços semiacabados cairão 7,4% em relação ao volume de 2017. Já no caso de acabados, haverá redução entre 20% e 60%.

Em entrevista nesta quarta (2) para anunciar a decisão, o presidente do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, disse que o setor não tinha alternativas e cobrou medidas do governo federal para evitar que o Brasil seja o destino de novos excedentes globais de aço que surgirão após a implantação das restrições americanas a importações.

O acordo proposto pelos Estados Unidos prevê cota de importação de aço semiacabado, que é processado em siderúrgicas americanas, equivalente ao volume médio importado entre 2015 e 2017. Já no caso dos acabados, que são produtos finais, usados por outras indústrias, a cota prevê um redutor de 30% sobre a média dos mesmos anos.

Assim, segundo cálculos do IABr, o Brasil poderá exportar 3,5 milhões de toneladas de semiacabados por ano, 7,4% a menos do que em 2017. No caso dos acabados (tubos, vergalhões, aços planos e aços especiais), serão 496 mil toneladas.

O IABR não informou o quanto cairá a venda de cada grupo, dizendo apenas que os menos prejudicados perderão 20% e os mais, 60%.

"Neste momento, o Brasil já está operando com um fator de utilização muito baixo, em torno de 68%, quando o razoável seria 80%, e a exportação continua sendo vital", disse Mello Lopes, ressaltando que cerca de 1/3 das exportações brasileiras de semiacabados são destinadas aos Estados Unidos.

Indústria do aço brasileira aceita cotas em troca de isenção a tarifas sobre aço



O QUE TRUMP PROPÕE

Para aço acabado

Redução de 30% da média das exportações brasileiras nos últimos 3 anos

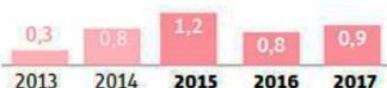
Para aço semiacabado

Manter média das exportações dos últimos 3 anos

O problema para a indústria é que as **exportações brasileiras de aço** aos EUA ficaram abaixo do desejado nos últimos anos

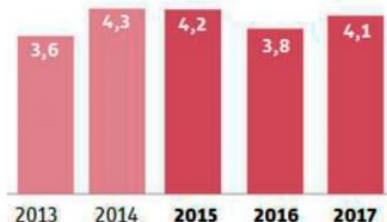
Exportações de aço **acabado**

Em milhões de toneladas



Exportações de aço **semiacabado**

Em milhões de toneladas



Novos limites, em milhões de toneladas

Aço acabado

0,5

Aço semiacabado

3,5

Redução das exportações previstas neste ano, em %*

Aço acabado

De 20 a 60

Aço semiacabado

7,4

*Na comparação com 2017
Fonte: Instituto Aço Brasil

Com o acordo, diz ele, a capacidade tende a ser mantida nos níveis atuais. Mas há grande preocupação do setor com a competição, no Brasil, com produtos antes destinados aos Estados Unidos. O mundo vive hoje um cenário de sobreoferta de aço, que deve se agravar com as restrições norte-americanas.

"Preocupa a necessidade de termos defesa comercial não politizada", afirmou o presidente do IABr, criticando propostas de redução de tarifas sobre importações que chamou de "autistas" e "desconectadas do mundo real".

Mello Lopes disse que ainda faltam detalhes de operacionalização do acordo com os Estados Unidos. O governo brasileiro, por exemplo, não poderá participar da contabilidade das cotas, como fazia nos anos 1980, já que a OMC (Organização Mundial do Comércio) considera essa política ilegal.

Além disso, será preciso definir qual será o volume de importação de cada produtor brasileiro –o que deve levar ainda a um processo de revisão de contratos com compradores nos Estados Unidos. A cota é retroativa e, assim que o acordo for assinado, passa a ser contabilizada a partir de janeiro de 2018.

Consultoria Eurasia vê piora do cenário no longo prazo

A consultoria Eurasia afirmou nesta quarta (2) que o estabelecimento, pelos Estados Unidos, de cotas para a importação de aço do Brasil pode aliviar a tensão entre os países no curto prazo, mas trazem incertezas no longo prazo.

As cotas estão sendo negociadas com Argentina, Austrália e Brasil como alternativa a sobretaxas sobre aço e alumínio criadas pelo governo americano sob o argumento que vão contribuir para a segurança interna.

A prática, porém, poderia ser questionada pelos países na OMC (Organização Mundial do Comércio) ou gerar retaliações a produtos americanos, avalia a consultoria.

Em relatório divulgado nesta quarta, a Eurasia diz que as cotas são mais favoráveis às siderúrgicas brasileiras do que o aumento da tarifa, o que deve ajudar a reduzir as tensões entre os dois países neste momento.

Mas que um acordo nesse sentido abre precedente que pode ameaçar países dependentes de exportação no futuro.

Segundo o raciocínio, para garantir as suas exportações e, conseqüentemente, a atividade econômica, os países dependentes podem se tornar mais suscetíveis a aceitar soluções que são contrárias às regras da OMC.

"Por enquanto, uma retaliação do Brasil parece improvável. Não apenas porque as cotas são uma solução aceitável, mas também porque muitas autoridades são contrárias a restrições no comércio exterior em meio a uma recuperação econômica frágil", diz o relatório.

Americanos querem reduzir em 30% exportação de aço acabado do Brasil

03/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os americanos propuseram ao Brasil reduzir a exportação de aço acabado aos Estados Unidos em 30%.

A proposta é aplicar a redução sobre a média vendida ao país dos últimos três anos. O aço acabado será dividido em quatro grupos, sobre os quais serão calculadas as cotas.

No caso dos aços semiacabados, as placas que ainda serão reindustrializadas nos EUA, a proposta do governo americano é manter a exportação na média dos últimos três anos, sem aplicar redutores.

Esse universo representa 80% das exportações de aço brasileiro aos EUA.

A questão é que os números de 2015 e 2016 foram baixos, segundo a indústria, o que deixaria o limite abaixo do desejado pelas siderúrgicas brasileiras.

A negociação ainda não foi fechada, e o Brasil tenta ampliar a cota nos semiacabados. Porém, este foi o último desenho apresentado pelos americanos ao decidir estender a isenção ao país da sobretaxa de 25%.

As exportações de aço representaram 10% das vendas aos EUA em 2017. O país é o nosso segundo principal mercado, atrás somente da China, daí a relevância que ganhou o tema.

A poucas horas do prazo final, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, decidiu prorrogar, na noite de segunda (30), a suspensão do aumento das tarifas de importação sobre o aço e o alumínio, que afetariam significativamente a indústria siderúrgica brasileira.

As siderúrgicas brasileiras já indicaram ao governo que aceitarão as cotas impostas pelo governo Trump.

Mas pessoas envolvidas na negociação afirmam que há sutilezas a serem acordadas, e este é o atual espaço de negociação.

Aceitar as cotas, diz a fonte, é a única saída, enfatizando que esta foi a oferta final do governo americano.

Em nota conjunta, o Itamaraty e o ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) afirmam que a indústria do alumínio indicou que a sobretaxa de 10% sobre o produto é menos prejudicial e a expectativa é que o desfecho, nestes produtos, caminhe para a sobretaxa.

Na nota, o governo brasileiro afirma ainda que foram apresentados os argumentos de que o aço brasileiro complementa a produção americana, uma vez que as exportações são principalmente de produtos semiacabados.

Outra fonte de preocupação dos americanos, o risco de triangulação de produtos chineses, também foi afastada, segundo a nota.

"Dadas as características de integração vertical da produção brasileira, os custos logísticos e as medidas de defesa comercial adotadas pelo Brasil, não há risco de que o país sirva como plataforma de 'triangulação' de produtos de aço e de alumínio de outros países", diz a nota.

A negociação, porém, foi encerrada pelos americanos com a imposição das cotas.

"No dia 26 de abril, as autoridades norte-americanas informaram decisão de interromper o processo negociador e de aplicar imediatamente em relação ao Brasil, as sobretaxas que estavam temporariamente suspensas ou, de forma alternativa e sem possibilidade de negociação adicional, quotas restritivas unilaterais".

O AÇO É...

> Uma liga de ferro e carbono, produzido, basicamente, a partir de minério de ferro, carvão e cal

> Sua fabricação pode ser dividida em quatro etapas: preparação da carga, redução, refino e laminação

> Ele é aplicado em veículos, utensílios domésticos, embalagens, cabos elétricos, entre outros

> O aço representa:

56% do peso de um carro

55% do peso da geladeira

75% do peso do fogão

A produção de aço no mundo cresceu 5,3% em 2017 em relação ao ano anterior

Só a **China** produziu 831,7 milhões de toneladas de aço no ano passado

A China é líder em produção e exportação

A União Europeia e os Estados Unidos são os maiores mercados **compradores**

36,6% era a participação da China em 2007

A indústria de aço no Brasil...

...produziu **34,4 milhões** de toneladas de aço em 2017, sendo 22,4 milhões delas de aços laminados. Os tipos mais usados dos aços laminados no país são o vergalhão (construção) e bobinas a quente (indústria).

O setor é formado por 14 empresas privadas, controladas por 11 grupos empresariais, operando 30 usinas distribuídas por 10 estados brasileiros.

> MG e RJ são responsáveis, cada um, por 30,8% da produção de aço do país; ES ocupa a 2ª posição (21,7%)

Principais usinas:

RS

> Piratini (Gerdau)

> Riograndense (Gerdau)

PR

> Guaíra (Gerdau)

SP

> Pindamonhangaba (Gerdau)

> Mogi das Cruzes (Gerdau)

> São Paulo (Gerdau)

> Piracicaba (ArcelorMittal)

> Cubatão (Usiminas)

> Villares Metals

RJ

> Barra Mansa (Votorantim)

> Resende (Votorantim)

> Cosigua (Gerdau)

> Volta Redonda (CSN)

> Ternium

MG

> Aperam South American

> Ouro Branco (Gerdau)

> Monlevade (ArcelorMittal)

> Juiz de Fora (ArcelorMittal)

> Barão de Cocais (Gerdau)

> Divinópolis (Gerdau)

> Ipatinga (Usiminas)

> Barreiro (Vallourec)

> Jeceaba (Vallourec)

BA

> Usiba (Gerdau)

PE

> Açonorte (Gerdau)

CE

> Cearense (Gerdau)

> Cia. Siderúrgica do Pecém

PA

> Sinobras

Brasil pode recorrer à OMC no caso de sobretaxa do aço

03/05/2018 – Fonte: GS Notícias/ O Globo



Homem passa perto de um mercado de produtos de aço em Shenyang, no nordeste da China. - **AFP**

O Brasil está disposto a recorrer de todas as formas possíveis, incluindo a Organização Mundial do Comércio (**OMC**), contra as sobretaxas de 25% nas importações americanas de aço e 10% nas de alumínio. É o que está indicado em uma nota conjunta dos ministérios das Relações Exteriores e de Indústria, Comércio Exterior e Serviços, divulgada nesta quarta-feira. No comunicado, os ministérios lamentam a interrupção unilateral, no último dia 26 de abril, das negociações entre os dois países.

"O governo brasileiro mantém a expectativa de que os EUA não prossigam com a aplicação de restrições, preservando os fluxos atuais do comércio bilateral nos setores de aço e alumínio. Em todo caso, seguirá disposto a adotar, nos âmbitos bilateral e multilateral, todas as ações necessárias para preservar seus direitos e interesses", diz um trecho da nota conjunta.

No comunicado, o governo brasileiro informa que o setor siderúrgico nacional deu sinais de que prefere cumprir uma cota de exportação para os EUA, para fugir da medida protecionista, anunciada há pouco mais de um mês pelo presidente Donald Trump. Já os exportadores de alumínio disseram que, neste momento, se tiverem que escolher, vão optar pela tarifa de 10%, por considerar que a saída seria menos prejudicial às empresas do que a restrição voluntária dos embarques.

Segundo o comunicado, quaisquer medidas restritivas que venham a ser adotadas serão de responsabilidade exclusiva do governo dos EUA. Não houve ou haverá participação do governo ou do setor produtivo brasileiros no desenho e implementação de eventuais restrições às exportações brasileiras.

Na nota, o governo brasileiro lamenta que o processo negociador tenha sido interrompido e reitera ter esperança de que as negociações possam ser retomadas. Também reforça sua convicção de que eventuais medidas restritivas não seriam necessárias e não se justificariam sob nenhuma ótica. Diz, ainda, estar convencido de que, além do impacto negativo sobre as exportações brasileiras e sobre o comércio bilateral, as sobretaxas seriam prejudiciais à integração dos setores produtivos dos dois países e a setores da economia dos EUA que utilizam insumos de qualidade provenientes do Brasil.

"As empresas brasileiras vêm fazendo grandes investimentos nos EUA e já são responsáveis por parcela relevante da produção e dos empregos no setor siderúrgico americano. Ao mesmo tempo, o Brasil é o maior importador de carvão siderúrgico dos Estados Unidos (cerca de US\$ 1 bilhão, em 2017), principalmente destinado à produção brasileira de aço exportado àquele país", diz a nota.

Na noite de segunda-feira, fim do prazo da isenção temporária das sobretaxas, o governo dos EUA informou ter chegado a acordo preliminar no que diz respeito às restrições às importações de aço e alumínio provenientes do Brasil. Até então, as sobretaxas estavam suspensas temporariamente para o Brasil e outros países que negociam saídas para se livrarem da medida protecionista.

O prazo foi prorrogado para até 1º de junho, quando serão conhecidos os termos da cota para o aço. A expectativa é que o setor tenha de cumprir uma cota calculada com base nas exportações de siderúrgicos registradas nos últimos três anos.

De acordo com o comunicado conjunto, desde o início das investigações do Departamento de Comércio dos EUA, no primeiro semestre de 2017, o governo brasileiro, em coordenação com o setor produtivo nacional, buscou evitar a aplicação das medidas restritivas às exportações do Brasil. Esse processo teve como consequência a inclusão do Brasil, em 23 de março, no grupo dos países em relação aos quais foi suspensa, provisoriamente.

"Em todas as ocasiões, esclareceu-se ao governo americano e a outros atores relevantes naquele país que os produtos do Brasil não causam ameaça à segurança nacional dos EUA. Ao contrário, as indústrias de ambos os países são integradas e se complementam. Cerca de 80% das exportações brasileiras de aço são de produtos semiacabados, utilizados como insumo pela indústria siderúrgica norte-americana".

No caso do alumínio, os negociadores brasileiros argumentaram que as exportações brasileiras são muito reduzidas. E foi salientado que, nos últimos anos, os EUA vêm obtendo superávit no comércio de alumínio com o Brasil. Além disso, recordou-se que as indústrias nos dois países são complementares, uma vez que o Brasil fornece matéria-prima para os EUA nesse setor.

"Em termos gerais, argumentou-se que eventuais medidas restringiriam as condições de acesso ao mercado dos Estados Unidos e causariam prejuízos às exportações brasileiras de alumínio e aço, com impacto negativo nos fluxos bilaterais de comércio, amplamente favoráveis aos Estados Unidos em cerca de US\$ 250 bilhões nos últimos dez anos".

Sobretaxa para alumínio não vai fazer diferença para os EUA, diz indústria brasileira

03/05/2018 – Fonte: O Globo

Governo dos EUA decidiu sobretaxar as exportações brasileiras em 10%.

A decisão do governo dos Estados Unidos de sobretaxar a exportação de alumínio do Brasil deve ter um impacto muito pequeno na indústria norte-americana, segundo o presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), Milton Rêgo. Do montante importado pelos norte-americanos, apenas 1% tem origem no Brasil.

"Essa decisão não vai fazer a menor diferença para os Estados Unidos e também não enfoca a grande questão de que há um excesso de oferta de alumínio no mundo", afirma Milton.

O governo brasileiro informou nesta quarta-feira que os EUA interromperam as negociações e decidiram aplicar medidas restritivas para a importação de aço e alumínio brasileiro que estavam temporariamente suspensas. As exportações de alumínio serão sobretaxadas em 10%.

Embora tenha uma parcela pequena nas importações dos EUA, o mercado norte-americano é importante para a exportação brasileira. Em 2017, representou quase 14% do total vendido pelo país.

Até as medidas serem oficializadas e definidas pelos dois países, a indústria de alumínio ainda mantém a esperança de queda na sobretraxa. "Não descarto a possibilidade que essa taxa seja reduzida ou até mesmo retirada", diz Milton.

A decisão do governo é mais um revés para o setor de alumínio. As empresas do setor ainda não conseguiram se recuperar dos estragos provocados pela crise. Em 2014, por exemplo, o consumo total era de 1,60 milhão de toneladas. No ano passado, encerrou em 1,35 milhão de toneladas.

"Essa taxa representa problemas adicionais: o produto brasileiro deverá ficar menos competitivo nos EUA, seja em relação a outros países ou mesmo na comparação com a indústria dos Estados Unidos", afirma o presidente da Abal.

Definição de quotas para aço deve reduzir volume exportado, mas impacto será limitado, diz associação do setor

03/05/2018 – Fonte: G1

O sistema de quotas definido pelos Estados Unidos para o aço brasileiro vai reduzir o volume exportado pelo Brasil, mas o impacto deve ser limitado, garantiu o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, nesta quarta-feira (2).

O modelo de quotas definido é o de hard quota (quota dura), ou seja, se o total estipulado de exportação for ultrapassado, não será mais possível vender o produto para os EUA. Os dois países ainda precisam definir detalhes do modelo e, quando o sistema começar a vigorar, terá validade retroativa a janeiro deste ano.

A definição das quotas terá como base a média exportada pelo Brasil para a economia norte-americana no período de 2015 a 2017. Segundo a Instituto Aço Brasil, esse valor é de 3,5 milhões de toneladas para semiacabados e de 496 mil toneladas de produtos acabados.

Em relação ao que foi exportado no ano passado, essa média representa uma queda de 7,4% nos produtos semiacabados e de 20% a 60% nos acabados, dependendo da linha do produto. A avaliação da entidade é que o Brasil será pouco afetado porque 80% do que é exportado para os EUA é de produto semiacabados.

"No caso de semiacabados, o cenário não é todo ruim. O nosso entendimento é de que vai faltar aço nos EUA e que eventuais ajustes poderão ser realizados", disse o presidente do Instituto Aço Brasil.

Capacidade

Atualmente, o setor de aço brasileiro utiliza 68% da capacidade instalada - o ideal é que fique próximo de 80%. Os Estados Unidos adotaram a medida restritiva com o objetivo de elevar o uso da capacidade instalada de 74% para os 80%.

"Com a decisão, conseguimos assegurar a manutenção do uso da capacidade instalada", disse Mello Lopes. "Agora, vamos buscar outros mercados e trabalhar para que o mercado interno tenha uma recuperação mais efetiva."

Negociação

O governo brasileiro informou nesta quarta-feira que os EUA interromperam as negociações e decidiram aplicar medidas restritivas para a importação de aço e alumínio brasileiro que estavam temporariamente suspensas.

Com a decisão, já conhecida pelo setor na semana passada, a discussão passou a ser qual opção seria a mais vantajosa – se a adoção de quotas ou a sobretaxa de 25%.

"Foi uma imposição do governo dos EUA de pegar ou largar", diz Mello Lopes.

As novas taxas para a importação de aço e alumínio foram impostas no começo de março pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

A medida começou a valer em 23 de março, mas o Brasil e outros parceiros comerciais dos EUA ficaram de fora e tem até 1º de maio para chegar a um acordo. Desde então, os dois países buscaram uma negociação bilateral para o caso.

O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA e as vendas para o país representam um terço das exportações brasileiras do produto.

Exportação de etanol cai 41,88% em abril ante abril de 2017, diz MDIC

03/05/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

O Brasil exportou em abril 74,1 milhões de litros de etanol, queda de 41,88% na comparação com os 127,5 milhões de litros embarcados em igual período de 2017, mas alta de 12,44% em relação aos 65,9 milhões de litros exportados em março de 2018. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira, 2, pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

A receita cambial com a venda do biocombustível alcançou US\$ 47,4 milhões em abril, avanço de 13,39% ante os US\$ 41,8 milhões registrados em março. Já em relação aos US\$ 75,9 milhões de abril de 2017, houve recuo de 37,54% no faturamento.

No acumulado de 2018, o volume exportado alcança 322,5 milhões de litros, redução de 6,52% ante os 345 milhões de litros embarcados no primeiro quadrimestre do ano passado.

A receita totalizou US\$ 203,8 milhões de janeiro a abril de 2018, 9,58% menor quando comparada ao faturamento de US\$ 225,4 milhões acumulado em igual intervalo de 2017.

Expansão do crédito e redução do risco na carteira compensarão queda do spread, diz Itaú

03/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Presidente do banco diz ainda que compra da XP deve aumentar competição no mercado



Presidente do Itaú Unibanco, Candido Bracher, durante Fórum Econômico Mundial - Eduardo Anizelli/Folhapress

O Itaú Unibanco prevê compensar a queda do spread bancário —diferença entre o juro que o banco capta e o que empresta— com um volume maior de concessões e uma mudança na qualidade das linhas de crédito que vai priorizar as menos arriscadas, disse nesta quarta-feira (2) Candido Bracher, presidente do maior banco privado do país.

As declarações foram dadas em teleconferência sobre o resultado do banco no primeiro trimestre, quando o Itaú viu seu lucro crescer 3,9%, para R\$ 6,419 bilhões.

"Vamos ver uma redução do spread em cada uma das linhas que a gente opera. O cheque especial deve ter queda de spread, cartão de crédito também, consignado. A

queda do spread de cada uma das linhas individualmente deve impactar negativamente o nosso resultado", afirmou Bracher.

"A mudança no mix das carteiras e o aumento do volume compensarão a queda do spread nas linhas individuais, que deve se intensificar."

No primeiro trimestre, o banco viu sua carteira de crédito no Brasil recuar 0,6% em relação ao mesmo período de 2017, para R\$ 451,1 bilhões. Em relação ao quarto trimestre, a queda foi de 0,7%. O banco projeta crescimento de entre 4% e 7% da carteira de crédito no país.

Para Bracher, essa recuperação já está acontecendo, com crescimento nas concessões de pessoas físicas. Na comparação trimestral, houve queda em linhas mais arriscadas, como cartão de crédito (-2,9%). Mas linhas mais seguras, como o crédito consignado, também não tiveram grande expansão: o crescimento foi de 0,6%.

"Saímos de algumas linhas do consignado em função de apetite de risco, pela crise financeira dos estados e outros problemas específicos de aposentados, há mais de um ano. Isso explica a mudança em relação a outros bancos [que aumentaram a carteira de crédito desta linha]", disse.

O presidente do Itaú ressaltou que a tendência é de crescimento também do financiamento de veículos, com novas concessões com qualidade de crédito melhor substituindo as antigas.

Para pessoas jurídicas, o banco viu a carteira de crédito de grandes empresas recuar 1,9% na comparação trimestral e 8,3% na anual. "A carteira corporate [grandes empresas] está sendo frustrante, está estagnada em tamanho. A demanda por crédito corporativo não deve se recuperar neste ano", avalia.

Ele disse ainda que o banco poderia emprestar mais recursos para grandes conglomerados do país que foram alvos da operação Lava Jato e que assinarem acordos de leniência com autoridades governamentais.

Segundo Bracher, o banco pode conceder novos recursos para as empresas investigadas se tiver expectativa de que vai receber o que já emprestou.

O Itaú Unibanco é um dos credores da Odebrecht Engenharia e Construção, que na semana passada perdeu o prazo para pagar uma dívida de cerca de R\$ 500 milhões.

A empreiteira faz parte da holding Odebrecht, que firmou acordo de leniência com o Ministério Público no ano passado, na esteira da Lava Jato. O grupo negocia com outros órgãos de controle para fazer acordos semelhantes.

Bracher comentou ainda a compra da XP, que aguarda análise do Banco Central após o Cade (conselho de defesa da concorrência) ter dado sinal verde, impondo restrições, em março. Para o negócio ser concluído, é necessário o "duplo sim".

"Não cabe eu me antecipar em relação ao que o Banco Central venha a decidir, mas acho que a operação acentua a competição no mercado financeiro. Aguardamos a deliberação do Banco Central", afirmou Bracher.

Mudanças no Simples devem ser avaliadas

03/05/2018 – Fonte: Diário do Comércio

Por mais que as mudanças no Simples Nacional para 2018 sejam produto de uma lei publicada lá atrás em 2016, muitos contribuintes foram pegos de surpresa com as

novas regras. São em geral empresas que até o fim do ano passado se enquadravam no antigo anexo VI, ou mesmo no V, e que passaram a ter a oportunidade de serem tributados pelo atual anexo III do regime simplificado, mas que não tomaram as devidas medidas preparatórias.

Esse grupo é composto por academias, consultorias, desenvolvedores de softwares, empresas de engenharia, de publicidade, médicos e dentistas, representantes comerciais, e muitos outros.

Diversos desses profissionais, sabedores de que as alíquotas de seus respectivos anexos eram, até 2017, maiores que as próprias alíquotas do regime de lucro presumido (que giram em torno de 11,33% a 19,53%), preferiram adotar esse último regime (de lucro presumido) em detrimento do regime simplificado, cujo anexo VI iniciava-se em 16,93% e alcançava até 22,45%.

Entretanto, todos esses contribuintes já poderiam – e ainda podem – se enquadrar no anexo III do Simples Nacional e passarem a ser tributados com alíquotas iniciais de 6%, obtendo expressiva economia anual no pagamento de impostos.

Também há aqueles que se enquadravam anteriormente no anexo III, mas que passarão a ser tributados pelo anexo V se não tomarem os mesmos cuidados, que é o caso das pessoas jurídicas dedicadas à atividade de fisioterapia. Para essas, o cuidado deve ser redobrado.

Diante destas novidades o contribuinte optante pelo Simples Nacional pode lançar mão das alternativas a seguir, cada uma delas trazendo vantagens e desvantagens.

Algumas empresas têm declarado como efetivas, atividades que de fato não executam, mas que são afastadas da aplicação do fator R. É a hipótese de uma atividade de prestação de serviços de cunho intelectual, cujos lastros documentais se apresentam como uma atividade de serviços de cunho não intelectual.

Um exemplo disso seria o serviço de “desenvolvimento de sistemas” lastreado em nota fiscal de “manutenção de computadores” Contudo, com tal conduta o contribuinte estará praticando evasão fiscal, ou seja, ato criminoso que visa unicamente fugir do pagamento do tributo devido.

Diante da mudança da lei, o contribuinte pode optar por assumir a majoração de sua carga tributária em detrimento de estratégias mais ousadas e trabalhosas para reduzi-la. Tal conduta, embora faça com que ele pague mais impostos no anexo V do Simples Nacional, lhe poupará o tempo e o esforço de buscar saídas mais econômicas.

Folha - O fator R é a relação percentual entre a folha de salários da empresa acumulada nos 12 últimos meses e sua receita bruta acumulada nos doze últimos meses. Se essa relação for igual ou maior que 28%, o contribuinte será tributado pelo anexo III do Simples Nacional; do contrário, se sujeitará à tributação pelo anexo V.

Para fins de cálculo do fator R, a folha de salários – ou a folha de pagamentos – é a soma das despesas com salários, pró-labore e seus respectivos encargos. Dessa forma, para obtenção de economia em impostos, basta aumentar a folha de salários no primeiro mês, se o acréscimo não for significativo, para se alcançar a média necessária para o enquadramento do anexo III.

É possível fazer um aumento de pró-labore num determinado mês, numa única vez (apenas para gerar média), mas com conseqüente aumento de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e da contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do sócio. A implicação seria uma considerável majoração no IRRF e no INSS sobre o pró-labore do sócio no mês, o que requer fôlego de caixa.

Todavia, deve ser avaliada a possibilidade de restituição integral do IRRF na declaração de ajuste do sócio. Se ela existir, a alternativa deve ser avaliada. Na mesma linha desse recurso, é possível se optar por um aumento gradual, elevando o pró-labore prospectivamente até se fazer suficiente média ao final dos 12 meses seguintes.

Novo CNPJ - Por fim, uma alternativa cada vez mais utilizada é a abertura de um novo CNPJ para que se viabilize a geração imediata de média de folha de salários que atenda o fator R do Simples Nacional 2018 sem a necessidade de grande desembolso de caixa.

De fato, sendo a empresa nova, os valores que vão se criando ao longo dos meses já vão formando a necessária média. A exemplo da alternativa anterior, é imprescindível colocar na balança, para avaliação dessa estratégia, que o IRRF ainda poderá ser restituído na declaração de ajuste, a depender de fatores próprios desta apuração.

Banco Central vai atuar para suavizar alta do dólar

03/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Banco Central informou nesta quarta-feira (2) que irá ofertar, a partir desta quinta (3), contratos de swap cambial em uma quantidade maior do que os que vencerão em 1º de junho.

Na prática, a autoridade monetária irá realizar uma operação que equivale à venda de dólares no mercado futuro, o que tende a segurar o aumento da moeda americana.

"Com objetivo de suavizar movimentos no mercado de câmbio, o Banco Central irá ofertar quantidade de contratos superior à necessária para a rolagem integral desse vencimento", afirmou a instituição em nota.

Todos os meses, o BC vem fazendo a rolagem do swap cambial, ou seja, vendendo para compensar os contratos que vencem no mês seguinte, mas sem ofertar mais do que o vencimento.

Atualmente, o estoque de contratos de swap cambial do Banco Central equivale a cerca de US\$ 23,8 bilhões, dos quais US\$ 5,65 bilhões vencem em 1º de junho.

A última vez que o BC atuou no mercado de câmbio foi em maio de 2017, quando a polêmica da delação da JBS contra o presidente Michel Temer fez o dólar disparar.

Artigo: Emergência tributária

03/05/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

É importante que meios de simplificação tributária sejam discutidos este ano



Há décadas, lutar contra a forte carga tributária brasileira é uma atividade rotineira para empresas e instituições. Nos últimos anos, no entanto, com o agravamento da crise econômica nacional, a necessidade de combater o peso dos impostos ficou ainda mais evidente – em especial para os micro e pequenos negócios.

Em setembro de 2017, mais de 550 mil MPEs possuíam débitos e corriam o risco de ser retiradas do Simples Nacional. Dessas, 385,7 mil foram efetivamente excluídas em janeiro deste ano e terão que atuar no lucro real ou presumido, pagando tributação superior a que estavam acostumadas.

Com impostos mais altos, será preciso cortar gastos. E isso pode significar desde adiar planos de expansão, até demissões. Considerando que cada MPE emprega, em média, três funcionários formais, caso essas 385,7 mil não sobrevivam ao ano de 2018, teremos mais de 1 milhão de vagas de trabalho em risco. Por isso é tão importante que meios de simplificação tributária sejam discutidos este ano. E aprovados. E colocados em prática.

Precisamos de simplificação, mas de uma simplificação viável, que não acarrete em mais tributação

Como é o caso do Refis para as micros e pequenas empresas que entrou em vigor no início de abril. A derrubada do veto pelo Congresso Nacional vai dar fôlego aos micro e pequenos que parcelaram suas dívidas mesmo sem descontos de multas e juros, mas não tinham certeza se conseguiriam sustentar os pagamentos.

Com o Refis para o Simples Nacional, acredito que damos um passo importante no combate à retração econômica, demissões, informalidade e fechamento de empresas.

Mas esse é apenas um dos pontos sensíveis da carga tributária brasileira que precisa ser debatido. Pesquisa realizada em 2016, pela Fenacon e a Receita Federal, demonstra que as empresas brasileiras gastam 600 horas/ano apenas para calcular e pagar impostos.

O número é quatro vezes menor que o indicado pelo Banco Mundial, de 2.038 horas/ano, mas ainda assim é muito alto. O eSocial tem se mostrado uma iniciativa de sucesso na busca pela simplificação, mas o caminho ainda é longo.

Precisamos de simplificação, mas de uma simplificação viável, que não acarrete em mais tributação, como no histórico de propostas que envolvem a reforma do PIS e da Cofins.

As negociações atuais em Brasília apontam para uma retomada do tema pelo Governo Federal, entretanto, ainda pairam muitas incertezas sobre o assunto.

O que mais nos preocupa, como representantes do setor de serviços, é não termos detalhes certos sobre o formato ou o momento em que a proposta será enviada para apreciação dos deputados e senadores. É preciso esperar. Mas dependendo da forma como for construída, a reforma do PIS/Cofins pode resultar em aumento de impostos, principalmente para aqueles que empregam mais.

Estamos vivendo uma fase bastante sensível para a economia brasileira e para a sobrevivência das empresas, sejam elas micros, pequenas, médias ou grandes. Para sairmos dessa situação precisamos investir na construção de soluções viáveis, bem planejadas e que possam ser aplicadas em curto ou médio prazo.

A expectativa para 2018 é que se coloque em pauta uma reforma tributária completa e estrutural.

Mas que nada seja feito sem diálogo com a sociedade, com as entidades representativas e com aqueles que carregam a função de calcular, planejar e pagar esses impostos. Estamos prontos e dispostos a construir uma solução conjunta que contribua para o desenvolvimento de um ambiente de negócios mais favorável no Brasil.

Mario Berti é presidente da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon).

EFD-REINF entrará em produção para empresas com faturamento superior a R\$ 78 milhões

03/05/2018 – Fonte: Contábeis.com

As informações referentes à competência maio/2018, deverão ser entregues a partir do dia 02/maio



Conforme Instrução Normativa RFB Nº 1767, de 14 de dezembro de 2017, que alterou a Instrução Normativa RFB Nº 1701, de 14 de março de 2017, o cronograma da entrada em produção da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) está previsto para 01/05/2018.

Entretanto, devido ao feriado do Dia Mundial do Trabalho, a EDF-REINF entrará em produção a partir das 08h00 da manhã do dia 02/05/2018, sendo obrigadas numa primeira fase, somente as empresas do 1º grupo, que compreende as entidades integrantes do "Grupo 2 - Entidades Empresariais", do anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, com faturamento no ano de 2016 acima de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais). Empresas que não fazem parte do primeiro grupo de obrigados, mas que assinaram termo de opção para antecipação da obrigatoriedade ao eSocial, que foi disponibilizada no portal do eSocial no final de 2017, também estarão obrigadas.

Importante ressaltar que todos os contribuintes obrigados ao eSocial a partir de janeiro/2018 também estão obrigados à EFD-Reinf a partir de maio/2018.

A partir das 8 (oito) horas do dia 02 de maio de 2018, esses contribuintes poderão enviar informações ao ambiente de produção da EFD-Reinf, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 01/maio /2018. O vencimento para entrega dessas informações é o dia 15 do mês subsequente. Assim, as informações relativas à competência maio/2018, deverão ser transmitidas até o dia 15/junho/2018. Porém, nesse primeiro mês, recomenda-se que as empresas enviem, já a partir de 02/05/18, o quanto antes, os eventos "R-1000 - Informações do Contribuinte" e "R-1070 - Tabela de Processos Administrativos/Judiciais".

Inicialmente, as informações deverão ser transmitidas exclusivamente através do "Webservice" da EFD-REINF. A partir do segundo semestre de 2018, também estará disponível o Portal Web da EFD-REINF, que se constituirá num novo canal para transmissão das informações.

É oportuno lembrar que nas competências maio e junho de 2018 coexistirão a GFIP e EFD-REINF. A GFIP será totalmente substituída na competência julho/2018, momento em que a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos - DCTFWeb - entrará em produção.

Empresas que estiverem no primeiro grupo de obrigados, mas que não tenha movimento nos mês de maio/2018 deverá apresentar o evento "R-2099 - Fechamento dos Eventos Periódicos" da EFD-Reinf, com a indicação dessa situação.

Igualmente em julho, se a empresa estiver na situação de "Sem movimento" deverá enviar o evento "R-2099 - Fechamento dos Eventos Periódicos" da EFD-Reinf, com a indicação dessa situação e fazer a integração com a DCTFWeb. A partir daí, se a empresa continuar nessa situação (sem movimento) por mais tempo, deverá a cada mês de janeiro dos anos seguintes, renovar a informação prevista neste parágrafo. Orienta-se consulta ao Manual da EFD-Reinf para obtenção de mais detalhes sobre os procedimentos a serem adotados.

Volks vai dobrar produção de motores em sua fábrica de São Carlos

03/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

No ano passado, montadora exportou 160 mil veículos, número que deve crescer em 2018

A Volkswagen vai praticamente dobrar neste ano a produção de motores em sua fábrica em São Carlos (a 232 km de São Paulo) e ampliar a exportação de veículos.

De acordo com o presidente da montadora para América do Sul e Brasil, Pablo Di Si, a Volks apresentou no primeiro quadrimestre do ano crescimento de 36% no mercado de automóveis e comerciais leves, ante a média geral de 20%.

"Estamos dobrando a produção de motores, para o Brasil, Alemanha e México", disse ele, que afirmou ainda que a unidade paranaense terá a reincorporação de trabalhadores. Enquanto no ano passado foram produzidos 450 mil motores, a previsão para este ano é que sejam fabricados 800 mil unidades.

Ainda de acordo com Di Si, a Volks exportou no ano passado 160 mil veículos, número que deve crescer para 185 mil unidades neste ano.

"Só em abril, nosso recorde histórico, exportamos quase 19 mil carros, fora os motores", afirmou ele em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo), onde participou da Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Açãõ).

Di Si, que se definiu como "muito otimista" em relação ao Brasil, afirmou que a Volks reincorporou o terceiro turno na unidade Anchieta ainda no ano passado, com mais de 1.200 vagas, e que contratou 25 jovens do Senai para a fábrica de motores no interior de São Paulo.

As contratações e projeções têm como objetivo atender também a produção de veículos SUVs.

"Tínhamos zero SUVs, num segmento que representa 20% do mercado. Nos próximos anos teremos cinco SUVs", afirmou o presidente da empresa.

A Agrishow terminará nesta sexta-feira (4), com previsão de movimentar R\$ 2,3 bilhões em negócios e receber 150 mil visitantes de 70 países.

Toyota contrata funcionários para produzir novo Yaris no Brasil

03/05/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Toyota vai abrir o terceiro turno de produção nas fábricas de Porto Feliz e de Sorocaba, no interior de São Paulo, e contratar funcionários para a produção do modelo Yaris, que será lançado no segundo semestre.

A empresa está investindo R\$ 1,6 bilhão na fabricação do novo veículo.

Ao todo, serão abertas 130 vagas em Porto Feliz, unidade que produz motores, e 740 em Sorocaba, local em que o carro será montado.

A empresa calcula que outros 700 postos de trabalho serão abertos na cadeia de fornecedores de componentes.

O turno adicional começa a operar em novembro, quando a produção nacional da montadora passará de 108 mil unidades/ano para 160 mil unidades/ano.

O Yaris chegará ao mercado nas versões hatch –primeira a ser lançada– e sedã. O carro será posicionado entre o compacto Etios (a partir de R\$ 48,4 mil) e o sedã médio Corolla (a partir de R\$ 90 mil).

Vendas de veículos crescem 38,5% em abril, diz Fenabrave

03/05/2018 – Fonte: G1

Resultado é na comparação com 1 ano atrás; no acumulado, alta é de 21% sobre 2017. Veja a lista do 10 carros mais vendidos no mês.

As vendas de veículos novos subiram 38,53% em abril, na comparação com 1 ano atrás. Foram emplacados 217.359 automóveis, comerciais leves (picapes e furgões), caminhões e ônibus, segundo informou a federação dos concessionários, a Fenabrave, nesta quarta-feira (2).

No acumulado do ano, a alta é de 21,3% sobre janeiro a abril de 2017, com 762.849 veículos vendidos.

Por segmentos

O segmento que mais cresceu nas vendas foi o de caminhões, com 6.223 unidades emplacadas em abril, volume 78,4% maior do que o do mesmo período de 2017.

O segundo foi o de comerciais leves: as vendas de picapes e furgões subiram 50% no mês, também na comparação com 1 ano antes., somando 31.296 unidades.

Motos

Contadas à parte, as vendas de motos aumentaram 26,5% em abril, com 82.152 unidades. No ano, a alta é de 9,2%, totalizando 301.542 emplacamentos.

Mais vendidos

Veja os carros e motos mais vendidos em abril de 2018 (Foto: G1)

No acumulado do ano, o Onix continua sozinho na liderança, com 58.390 emplacamentos. Na briga pelo segundo lugar, o Hyundai HB20 retomou o posto, com 33.618 unidades vendidas contra 32.790 do Ford Ka, que era o vice até março.

Nenhum SUV aparece no ranking dos 10 mais vendidos. O mais bem colocado é o Jeep Compass, com 17.584 emplacamentos no ano, em 11º lugar. Ele também foi o mais vendido no mês (4.606 unidades).

O Nissan Kicks (3.701), que tinha liderado o segmento em março e ficado em 9º no geral, perdeu também de Jeep Renegade (4.462) e Hyundai Creta (3.785), foi o 20º carro mais vendido em abril.

Toyota gera mais de 1,5 mil novos empregos com 3º turno em fábricas

03/05/2018 – Fonte: Automotive Business



Turno adicional nas plantas de Sorocaba e Porto Feliz começa em novembro

A partir de novembro deste ano as **fábricas** da **Toyota** em Sorocaba e Porto Feliz, ambas em São Paulo, passarão a operar com três turnos de trabalho.

Para isso, a montadora iniciou o processo de contratação para as duas unidades, que terão um total de 870 novas vagas, sendo 740 em Sorocaba e 130 em Porto Feliz. Segundo a empresa, o novo turno adicionará outros 700 **novos empregos** nos fornecedores de Sorocaba, onde é montado o modelo Etios, perfazendo um total de 1.570 novas vagas na indústria.

A medida faz parte no plano da montadora de fabricar aqui seu novo compacto premium Yaris, com início de vendas programado para o segundo semestre deste ano. O modelo ampliará a oferta de produtos da marca na América Latina e estará posicionado entre o Corolla e o Etios.

O novo turno elevará o volume de Sorocaba, onde a produção vai aumentar das atuais 108 mil para 160 mil unidades/ano. "Com nossos colaboradores, sindicatos, parceiros, concessionários e governos, fomos capazes de anunciar o terceiro turno nas plantas de Sorocaba e Porto Feliz. Esse anúncio vai gerar 1.570 empregos e ajudará na oferta do compacto premium Yaris", declarou em comunicado o CEO da Toyota para a América Latina e Caribe e chairman do Brasil, Argentina e Venezuela, Steve St. Angelo.

O Yaris é fruto do investimento de R\$ 1 bilhão dedicado a equipar a planta de Sorocaba, que passará a produzir o veículo junto com o as versões hatch e sedã do Etios. Além do mercado interno, a unidade produtiva sustenta as exportações para Argentina, Paraguai, Uruguai, Peru, Costa Rica e Honduras.

Por sua vez, a fábrica em Porto Feliz é a primeira planta de motores da Toyota na região da América Latina e Caribe, inaugurada em maio de 2016. Ela é responsável pela produção dos propulsores flex e a gasolina Dual VVTi, de 1.3L e 1.5L, que equipam o Etios. Atualmente, a unidade está dobrando seu tamanho a partir do investimento de R\$ 600 milhões anunciado pela empresa no ano passado, para a fabricação de motores para outros automóveis da marca que serão produzidos no Brasil a partir do segundo semestre de 2019.

Venda de motos em abril é a melhor em mais de um ano

03/05/2018 – Fonte: Automotive Business

A **venda motos** em abril alcançou a marca de 82,1 mil unidades, o melhor número desde março do ano passado. O acumulado do primeiro quadrimestre registrou 301,5 mil unidades, resultando em alta de 9,3% sobre o mesmo período do ano passado. Os números foram divulgados pela Fenabrave, federação que reúne as associações de concessionários.

A média diária de emplacamentos em abril foi de 4,1 mil unidades, maior índice em cerca de dois anos. O desempenho do setor foi puxado pelas líderes do segmento. Sozinha, a Honda vendeu 215,4 mil unidades de janeiro a abril e a Yamaha, 40,4 mil. Ambas registraram alta de 11,4% sobre o mesmo período do ano passado.

Entre as marcas com tradição apenas em alta cilindrada, o maior volume registrado no quadrimestre foi o da Harley-Davidson, com 1,7 mil motocicletas e alta de 6,7% sobre igual período do ano passado.

A BMW emplacou 2,3 mil motos e teve crescimento expressivo de 23,9% sobre igual período do ano passado com a ajuda de dois novos modelos de baixa cilindrada, a G 310 R e a G 310 GS.

A marca Haojue (cujas motos são montadas em Manaus dentro da estrutura da J. Toledo Suzuki) firmou-se no quarto lugar com 3,1 mil unidades no período. Em um ou dois meses deverá ocupar o terceiro lugar no ranking geral de emplacamentos, tomando a posição da Shineray, cuja venda de 3,2 mil motos no quadrimestre implicaram queda de 42,7% ante igual período de 2017.

Cresce 30% a demanda por profissionais do setor automotivo

03/05/2018 – Fonte: Automotive Business

Como consequência do aumento da produção de veículos, a demanda por **profissionais do setor automotivo** cresceu 30% no primeiro trimestre de 2018 sobre o mesmo período do ano passado. A informação é da Robert Ralf, empresa de recrutamento especializado que atua no Brasil desde 2007.



De acordo com a companhia, os segmentos relacionados a projetos, cadeia de suprimentos, manufatura, controladoria e vendas técnicas foram os que mais procuraram profissionais do setor no período. Os cargos mais requisitados do setor neste primeiro trimestre, segundo a Robert Ralf, foram:

- **em projetos** - gerente de projetos;
- **em cadeia de suprimentos** - supervisores e analistas de logística, supervisores e analistas de planejamento e controle de produção e gerentes de compras;
- **em manufatura** - supervisores de produção e gerentes de produção;
- **em controladoria** - analista de controladoria e controller;
- **em vendas técnicas** - gerentes de contas, gerentes comerciais e supervisores de pós-venda.